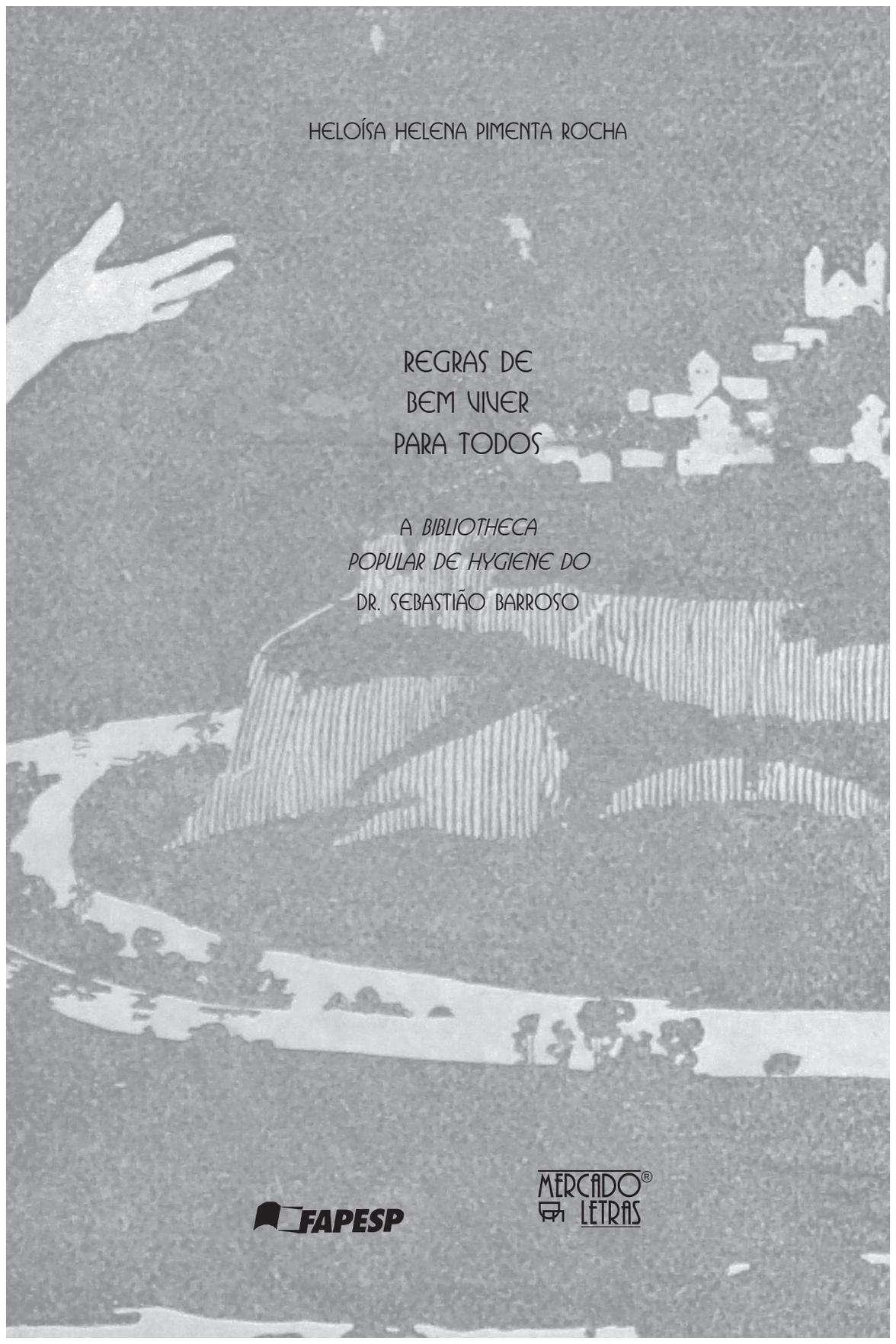


REGRAS DE
BEM VIVER
PARA TODOS

*A BIBLIOTHECA
POPULAR DE HYGIENE DO
DR. SEBASTIÃO BARROSO*





HELOÍSA HELENA PIMENTA ROCHA

REGRAS DE
BEM VIVER
PARA TODOS

*A BIBLIOTHECA
POPULAR DE HIGIENE DO
DR. SEBASTIÃO BARROSO*

 **FAPESP**

MERCADO[®]
 LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rocha, Heloísa Helena Pimenta

Regras de bem viver para todos : A "Bibliotheca Popular de Hygiene" do Dr. Sebastião Barroso / Heloísa Helena Pimenta Rocha. – Campinas : Mercado de Letras, 2017.

Bibliografia

Anexos

ISBN: 978-85-7591-470-0

1. Educação – História 2. Educação sanitária 3. Higiene escolar 4. Livros – História
5. Saúde pública I. Título.

17-04904

CDD-370.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : História 370.9

capa e projeto gráfico: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final da autora

Esta obra contou com o
apoio da FAPESP para
a sua publicação.
Processo
2016/16087-6

Apoio a pesquisa dos manuais
escolares de higiene
CNPq

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®
V.R. GOMIDE ME
Rua João da Cruz e Souza, 53
Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116
Campinas SP Brasil
www.mercado-de-letras.com.br
livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição
JUNHO / 2017
IMPRESSÃO DIGITAL
IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Ao meu amor, Pedro

A Luís

À minha mãe

Ao meu pai (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Agustín Escolano, grande mestre e amigo querido, com quem tenho aprendido muito sobre as possibilidades de leitura dos manuais escolares, em distintas oportunidades, especialmente nos estágios de pesquisa no Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE), na quietude de Berlanga de Duero, aos pés de um maravilhoso castelo, a que ousou chamar carinhosamente de mi castillo.

Aos amigos do Centro de Investigación Manuales Escolares (MANES), especialmente a Gabriela Ossenbach e Miguel Somoza, pelas ricas trocas sobre esse fascinante objeto de estudo.

A Lia Mattos e Gilmar Silva, pela paciência, disponibilidade e profissionalismo, na localização dos livros de Sebastião Barroso no Acervo Histórico da Editora Melhoramentos. A Breno Lerner e Walter Weiszflog, pela autorização para acesso a esse precioso acervo.

A Maria Helena Câmara Bastos, que, acionada por Flávia Werle, foi extremamente solícita na localização de informações sobre a divulgação da coleção em periódico do Rio Grande do Sul.

A Luisa Massarani, pelas preciosas informações sobre o acervo da Rádio Sociedade, que me permitiram chegar às palestras proferidas por Barroso.

A Carmen Lúcia Soares, Norma Sandra de Almeida Ferreira, Flávia Obino Corrêa Werle, Betânia Gonçalves Figueiredo e Ana Clara Bortoleto Nery, pelas valiosas contribuições por ocasião do concurso para obtenção do título de livre-docência junto à Faculdade de Educação da Unicamp, as quais foram fundamentais para a revisão do texto ora apresentado em formato de livro.

Aos meus orientandos e ex-orientandos com quem compartilhei os desafios deste trabalho em vários momentos. Flávia Rezendê, João Valério Scremin, Nadja Santos Bonifácio, Renata Esmi Laureano, Carolina Toshie Kinoshita e Maria das Graças Sandi Magalhães, acompanharam atentos os

desdobramentes da pesquisa. Eliane Vianey de Carvalho ajudou-me na localização de documentos produzidos durante a atuação de Sebastião Barroso em Minas Gerais. Henrique Mendonça e Larissa Lima auxiliaram-me no levantamento de fontes, na localização de dados e seguiram com curiosidade a escrita. A Henrique, devo, além do suporte na busca de dados em arquivos do Rio de Janeiro, o empréstimo de livros de Sebastião Barroso do seu acervo. Juntos encontramos, nos arquivos da Fiocruz, os documentos produzidos por Barroso quando da sua atuação na Bahia; por sua conta, ele segue buscando pistas de Barroso, agora na interlocução com Oscar Clark. Larissa percorreu os jornais, incansavelmente, até encontrar as notas de falecimento, que permitiram compor uma cronologia do personagem. Ambos foram leitores atentos deste texto enquanto ele ia sendo escrito. Cláudio Camargo e Larissa me acompanharam em uma expedição fotográfica à Melhoramentos, cabendo a Cláudio todo o cuidadoso tratamento das imagens. Cristina Sacramento me acompanhou nas aulas de graduação, ajudando-me, com muita competência e responsabilidade, a conciliar o trabalho de sala de aula com a escrita.

A Leda Farah, agradeço pela carinhosa presença. Seu trabalho de revisão da versão da tese de livre-docência deu fluidez ao texto e salvou-me das armadilhas da língua portuguesa.

A Evelise Quitzau e André Dalben, por todo o apoio com as questões de informática. O bom humor de Evelise mostrou-se à prova dos desmandos dos programas de edição de texto.

A Mariana Bortolazzo e Maria das Dores Mazziere, cujo incentivo e estímulo durante o percurso da escrita foi fundamental. A participação na banca de qualificação de Maria das Dores me instigou a avançar na pesquisa.

A Norma Sandra Ferreira e ao amigo Zé, devo o apoio para não esmorecer no cumprimento do nosso “pacto”.

A Carmen Soares, pelo incentivo constante. Sua aposta neste trabalho antecede, em muito, o início da sua realização.

As amigas argentinas Angela Aisenstein e Sandra Carli foram interlocutoras atentas nos primeiros momentos de articulação da escrita.

Agradeço a Maria Helena Bagnato, Lilian Lopes Martin, André Paulilo, Maria do Carmo Martins e Ana Maria Almeida, grandes parceiros e incentivadores. E a Alexandre Paixão, parceria mais recente, mas nem por isso menos intensa.

A Antônio Carlos Amorim, agradecimentos especiais pela enriquecedora discussão sobre as imagens.

À amiga Claudia Denardi, leitora atenta e presença constante, desde os meses de estágio de pós-doc em Buenos Aires.

À amiga Maria Angela Salvadori, pela leveza durante esse percurso.

Às amigas Luciana Viviani, Ana Laura Godinho Lima e Célia Rocha, pela parceria na busca de manuais de higiene e na discussão sobre as questões que envolvem esse investimento.

Aos amigos Luciano Mendes, Rosa Fátima de Souza, Diana Vidal, Bernardo Oliveira, Maurilane Biccas, Eneida Shiroma, Maria José Aroucha, Maria José Almeida agradeço pelo carinho e pela torcida nesse e em outros momentos.

À amiga Vera Beltrão Marques (in memoriam), por tudo que partilhamos nesta vida.

À minha mãe, minha profunda gratidão e meus agradecimentos especiais.

Aos meus irmãos e irmãs, George, Marcos Vinicius, Ana Elisa, Eliane e Analu; aos sobrinhos e sobrinhas, Marcelo, George, Gustavo Rocha, Guilherme, Rafael, Rodrigo, Henrique, Juliana, Adriana, Sandra, Livia; à sobrinha afilhada Giovana; aos sobrinhos netos, Gustavo Rodrigues, Mateus, Rafaela, Aninha, Bernardo e quem mais chegar, pela alegria, pelo carinho e pela torcida.

À minha filha Laís, pelo carinho, pela presença e pelo incentivo.

Ao Pedro, pela leitura atenta e cuidadosa, pelas sugestões e pela escuta carinhosa com que me acompanhou em mais este desafio.

A tia Zizi (in memoriam), pelo exemplo.

Ao CNPq, que tem apoiado a pesquisa dos manuais escolares de higiene.

À FAPESP, pelo apoio à publicação.

À equipe da Mercado de Letras, pelo competente trabalho.

SUMÁRIO

PRESENTACIÓN 13
Agustín Escolano Benito

INTRODUÇÃO 17

Parte I

“UM GRANDE PROPAGANDISTA DE PRECEITOS DE HIGIENE,
UM CONSUMADO VULGARIZADOR DE CONHECIMENTOS
SCIENTIFICOS, E HABILÍSSIMO EDUCADOR”

Capítulo 1
RÁPIDOS TRAÇOS DE UMA VIDA AGITADA E BRILHANTE 37

Capítulo 2
RECORDAÇÕES DA VIDA MÉDICA 53
O médico: fragmentos da formação e do exercício profissional

Capítulo 3
A AUTORIDADE PÚBLICA,
A CIÊNCIA E A COLETIVIDADE 71
Nos meandros de uma missão civilizadora no Nordeste brasileiro

Capítulo 4
A HIGIENE NAS ONDAS MISTERIOSAS DO RÁDIO 111

Parte II

LIVROS PARA INSTRUIR, CONVENCER,
MODIFICAR OS HÁBITOS E GUIAR AS CONDUTAS

Capítulo 1

A SAÚDE: UMA MERCADORIA? 127

Uma fortuna! ● *Em múltiplos registros...*

Capítulo 2

NO UNIVERSO DAS COLEÇÕES 161

Um gênero editorial, distintos públicos ● *“Livros populares” para jecas, macunaímas e “toda a gente”* ● *Ecos na imprensa e novos leitores*

Capítulo 3

UMA COLEÇÃO EM CONSTITUIÇÃO 195

Edições da casa ● *Uma coleção e vários projetos* ● *A composição do público leitor*

capítulo 4

TODAS AS DOENÇAS SÃO EVITÁVEIS 225

O médico e a educação sanitária ● *Leitura instrutiva e conhecimento muitíssimo útil*

Capítulo 5

PROPAGANDA SANITÁRIA VISUAL 259

Ilustração científica ● *Alegorias da ciência* ● *Quadros mórbidos* ● *Antíteses* ● *Vida higiênica* ● *Higiene escolar* ● *Imagens dramáticas* ● *Imagens do saneamento* ● *Higiene em quadrinhos*

capítulo 6

A BIBLIOTHECA POPULAR DE HYGIENE É
INDISPENSÁVEL EM CADA ESCOLA 333

Estabelecendo a “boa regra pedagógica”

FONTES E BIBLIOGRAFIA 357

ANEXOS 372

P PRESENTACIÓN

Acojo con sumo interés esta nueva obra que nos ofrece nuestra amiga y colega de la prestigiosa Universidad de Campinas, la profesora Heloísa Helena Pimenta Rocha. El original de la tesis que dio origen al libro, tras algunos avatares sufridos en los viajes de su envío, ocupa hoy un lugar destacado en la biblioteca del Centro Internacional de la Cultura Escolar, en la que su autora ha trabajado en diversas estancias de investigación que han propiciado, bajo el clima de “quietud creativa” que según sus propias palabras reina en los espacios del CEINCE y en su entorno, conversaciones ilustradas y motivantes acerca de esta temática que ella y sus discípulos más directos cultivan con interés sostenido desde hace ya algunos años. Se encuentra asimismo en los anaqueles de nuestra biblioteca su obra seminal sobre la materia intitulada *A higienização dos costumes*, aparecida en 2003, obra que constituye a nuestro entender una de las monografías en torno al tema que más atención ha suscitado en la comunidad académica.

La higiene como práctica es seguramente la primera operación civilizatoria del mundo moderno. El sociólogo alemán Norbert Elias la asoció a la urbanidad cuando ensayó hacer la genealogía de los cambios sociales que comportó, en los orígenes de la Modernidad, la introducción de un dispositivo higiénico tan elemental como el tenedor en el comportamiento de las élites que compartían la mesa en los cenáculos renacentistas. Cuesta creer hoy que una innovación tan simple pudiera ser no solo una acción saludable para la alimentación de los humanos sino también una práctica cívica, y hasta un progreso en la evolución de la especie. Más allá de sus funciones instrumentales, el nuevo utillaje implicaba una acción que fusionaba

la higiene y la educación social, y en él se expresaba a la vez, como signo indiciario de lo moderno, un determinado modo de cultura. La higiene se asociaba aquí a la *politesse* que se impuso en los círculos modernos, es decir, a los códigos que fundaron la nueva sociabilidad. A medida que hemos ido conociendo cómo se gestaron y difundieron los comportamientos que han llegado a configurar el campo empírico e intelectual de la higiene, hemos llegado a entender que lo que la profesora Heloísa Pimenta denominó en su anterior trabajo sobre el tema la “higienización de las costumbres” era en verdad todo un complejo programa educador que cubría a un tiempo objetivos de salud, de educación social y de cultura.

La obra que ahora da a luz la profesora Heloísa Pimenta ejemplifica, a la altura de las primeras décadas del último siglo, cómo la higiene llega a constituirse en un dispositivo estratégico de policía social, en una disciplina académica sistematizada con un *corpus* de conocimientos, y en un modo de cultura ciudadana. El trabajo tiene en nuestra opinión, a este respecto, un triple interés: uno deriva de la consideración de los textos analizados como representación de una definida biopolítica de los sujetos que en otro tiempo eran excluidos, segregados o reducidos a cuarentena, y ahora son valorados como cuerpos útiles que deben ser integrados mediante cuidadosas acciones de higienización; otro procede del valor que los textos aportados tienen como vulgata curricular de carácter enciclopédico y de alcance disciplinar; el tercer interés afecta a la consideración de la higiene como un factor de cambio cultural que crea incluso una nueva imagen de la infancia, una nueva subjetividad, y una nueva antropología. La historia de la infancia nace precisamente cuando los niños empiezan a ser objeto de políticas de cuidado y protección, entre las que la policía sanitaria e higiénica ocupa un lugar fundamental.

En su obra póstuma *Sécurité, territoire, population*, Michel Foucault subrayó cómo la higiene pública o la medicina social eran una estrategia de biopolítica de los cuerpos que trataba de controlar la conducta de los individuos y las condiciones de vida de las poblaciones asentadas en territorios, rurales o urbanos. Esta nueva policía social emergió con los ilustrados, a fines del siglo XVIII, pero se desarrolló sobre todo desde mediados del XIX como política ordenada al control de los movimientos demográficos que acompañaron a la revolución industrial y al crecimiento de las ciudades. La política de salud podía influir en la disminución de la mortalidad – es-

pecialmente de la infantil –, en la prevención de las epidemias, en el tratamiento de las endemias, y en general en el fomento de una vida saludable. *A saúde para todos*, el subtítulo de la *Bibliotheca* de Sebastião Barroso, era en realidad un eslogan que expresaba el *desideratum* de quienes postulaban la higiene como estrategia ordenada a la economía de poder y a la seguridad de las poblaciones que circulaban por determinados contextos. La extensión popular de esta *Bibliotheca* – concebida primariamente para el gran público y luego para las escuelas primarias – era una acción proyectada hacia el conjunto de la sociedad.

El *corpus* de los textos que recupera como fuentes la profesora Pimenta funda y ordena el programa escolar de una época que hemos de considerar fundante de la higiene como disciplina curricular y como plan de educación popular ordenado a la educación de la ciudadanía y a la modernización de la sociedad. La *Bibliotheca Popular de Higiene* del médico educador Sebastião Barroso se presentaba como una ambiciosa obra didáctica que se legitimaba a la vez con el apéndice escrito por uno de los miembros más destacados de la *intelligentsia* pedagógica brasileña de aquel momento, el pedagogo Lourenço Filho, principal agente difusor de los principios y métodos de la Escuela Nueva.

En los textos de este elenco se incluyen preceptos, sugerencias e imágenes que operan como ejemplificaciones que implementan las prácticas empíricas que han de adoptar los enseñantes y otros agentes sociales en la educación higiénica de los alumnos y del pueblo como sujeto social de las prácticas de promoción de la salud. El material que aporta la *Bibliotheca* de Barroso ilustra bien, en textos e iconos, los programas que puso en marcha la sociedad paulista y la de otros espacios próximos y afines del país para el encauzamiento higiénico de las poblaciones en sus respectivos espacios, en un ciclo histórico de especial significación para el desenvolvimiento de amplias zonas de Brasil. La higiene, en esta pequeña pero importante *summa*, no era solo un conjunto de saberes y comportamientos relacionados con el cuidado del cuerpo y el logro de la salud individual y comunitaria, sino uno de los códigos de alfabetización sociocultural que acompañó a la Modernidad, esto es, uno de los signos de las vanguardias que se gestaron bajo el positivismo sociológico y como afirmación de la idea de progreso, un *leitmotiv* que acompañó a todos los programas de modernización que siguieron al primer industrialismo y a las revoluciones liberales y sociales.

El trabajo de Heloísa Pimenta se inserta además, en perspectiva historiográfica, en la corriente internacional de la manualística que se sustenta no solo en la constitución de los textos que forman el acervo de la cultura escolar que las instituciones han transmitido, sino en la caracterización de específicos géneros textuales, los que se han materializado en las producciones pedagógicas y letradas que la publicación examina. Buena conocedora de los trabajos sobre la materia que se han llevado a cabo en otros medios, nuestra colega profundiza en los modos de producción textual y en los dinamismos de creación, circulación y reapropiación a que los manuales escolares y otros impresos se ven sometidos en distintos contextos sociales y formativos.

Decálogos de preceptos, lenguajes publicísticos, iconografías mostrativas y conativas, viñetas grafoverbales y artículos de difusión y opinión, entre otros modos de expresión y comunicación, crearon un nuevo tipo de sujeto lector – un lector implícito, como diría Umberto Eco – en el que el conocimiento y la emoción operarían como dispositivos competentes sinérgicos, en el mismo sentido que Antonio Damasio ha sugerido interpretar el funcionamiento unitarista de la mente humana. Todo ello, como se puede leer en alguna de estas escrituras, al servicio del ideal de fortalecimiento eugenésico de la Raza y del engrandecimiento de la Nación.

Agustín Escolano Benito
Universidad de Valladolid
Centro Internacional de la Cultura Escolar

INTRODUÇÃO

Os deslocamentos recentes no campo da História da Educação têm sido acompanhados por um crescente interesse pelos livros escolares como fontes e objetos de investigação. Interesse esse que tem mobilizado os esforços de historiadores da educação de numerosos países, interessados na compreensão dos processos de constituição dos sistemas de ensino e das formas de organização da escola em sua materialidade, traduzindo-se em iniciativas voltadas para a localização, a recolha, a catalogação e a disponibilização de livros de distintas disciplinas escolares para a comunidade de pesquisadores. A importância que vêm assumindo esses objetos culturais, na investigação acerca da cultura escolar e dos modos de socialização das crianças que têm lugar no âmbito da escola, evidencia um visível esforço no sentido de fugir à tentação, reinante em um passado recente, de ver nos livros destinados ao uso no cotidiano das práticas escolares tão somente um veículo de difusão da ideologia dominante.

Assinalando a importância dos livros escolares para a compreensão de aspectos significativos da História da Educação, Agustín Escolano (1998, pp. 38-39), no texto introdutório à *Historia ilustrada del libro escolar en España*, propõe a adoção do termo “manualística”, para designar “*el conjunto de prácticas y desarrollos teóricos que se han ido configurando en torno al diseño, producción y uso de los libros escolares*”. Segundo esse estudioso, os dados sobre os manuais escolares, produzidos com base em análises acadêmicas especializadas, poderiam dar origem “*a una disciplina y a una praxis, esto es a un ámbito de formación y a una tecnología*” (1998, p. 39). Em texto mais recente, Escolano faz um balanço do desenvolvimento da manualística, assinalando o lugar

de destaque que o livro escolar passou a assumir, em pouco mais de uma década, na investigação sobre os códigos que definem o mundo da educação, em suas dimensões prática, discursiva e sociopolítica. Essa centralidade responderia, segundo ressalta o autor, pela sua configuração em objeto de interesse generalizado para a compreensão dos modos como se produz a socialização das novas gerações nas sociedades letradas (Escolano 2012, p. 46). A par desse balanço, o autor aponta, entre os desafios hoje postos aos estudiosos da manualística, as exigências de atentar para os novos cenários originados pela revolução digital e de buscar entender os modos como se produzem as interações entre o texto impresso e os múltiplos objetos digitais. Numa outra direção, adverte para os riscos de uma possível reificação material do arquivo histórico-educativo, que inclui os livros escolares entre as suas fontes.

Os estudos de Escolano têm chamado a atenção, entre outras dimensões, para o valor dos manuais como fontes para a compreensão da *“intrahistoria de la escuela”* e como chaves que podem permitir o acesso à gramática que preside a organização da vida da instituição escolar (1997, p. 15). Segundo sublinha o estudioso, observando o lugar assumido pelos livros escolares na investigação recente em História da Educação: *“en las últimas décadas, el manual ha llegado a ser considerado, bajo el influjo de las orientaciones etnográficas y hermenéuticas, una fuente esencial para aproximarse a la ‘gramática de la escolarización’”* (Escolano 2012, p. 43). Tal fenômeno pode ser compreendido quando se atenta para o potencial dos manuais escolares, considerados pelo autor como um dos *“más visibles sintetizadores de la cultura empírica de la escuela”* (Escolano 2012, p. 43), uma vez que podem ser lidos, a um só tempo, como espaço de memória, suporte curricular e espelho da sociedade.

Na dimensão da memória, operam como registro dos programas da cultura escolar do passado, das imagens dominantes na sociedade que os produziu e os utilizou, bem como do modo de apropriação das disciplinas acadêmicas. Suporte do currículo, os manuais podem ser lidos como uma espécie de “vulgata” escolar, *“representación textual reducida, formalizada pedagógicamente, del universo científico o cultural a que se refiere”* (Escolano 1997, p. 15). Seus textos e imagens permitem, ainda, ter acesso ao imaginário da época em que foram produzidos, configurando-se, dessa forma, em “espelhos da sociedade”. Para além dessas dimensões, os espaços textuais possibilitam, conforme assinala o autor, uma aproximação das práticas escolares cotidia-

nas, constituindo-se os manuais, nesse sentido, em “*una huella de los procedimientos que ordenaron la vida cotidiana de los establecimientos educativos, el testimonio de los modelos pedagógicos dominantes que informaron el oficio docente y la condición de aprendiz*” (1997, p. 15). O estudo dos manuais escolares oferece, por essa via, elementos para a análise dos métodos de ensino, das estratégias acionadas na gestão do programa, das regras que orientam o fazer docente, bem como do perfil do leitor suposto (Escolano 2012, p. 43).

Assim, registrando o valor conferido aos manuais escolares como fontes para a compreensão do passado educacional pelas novas perspectivas historiográficas, Agustín Escolano (2001a, p. 35) afirma que:

El libro escolar constituye hoy una fuente de primera línea en la configuración de la nueva historiografía de la educación. Objeto esencial a la cultura de la escuela tradicional, que entre otros atributos ha llegado a ser calificada de librería, el manual no es sólo un elemento material del ajuar de los maestros y escolares, sino la representación de todo un modo de concebir y practicar la enseñanza. Su textualidad constituye sin duda una forma de escritura que expresa teorías pedagógicas implícitas y patrones de comunicación que conforman un microsistema instructivo completo y en parte autónomo. El lector de esta textura escrita puede descubrir en ella los valores, los contenidos y los métodos que vehicula.

O reconhecimento do valor dos livros escolares como fonte histórica articula-se à possibilidade de responder a indagações sobre o que acontece no interior da escola, bem como sobre os objetos materiais empregados no cotidiano das práticas escolares. Em relação a essa questão, os trabalhos de Alain Choppin (2002, p. 14) destacam: “o livro de classe situa-se na articulação entre as prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais – quando existem – e o discurso singular e concreto, mas por natureza efêmero, de cada professor na sua classe”.

Atentando para o lugar pouco prestigiado, ocupado até muito recentemente por essa literatura considerada “menor”, tanto por sua natureza, como por seu caráter instrumental e por sua aparência modesta, Manuel Puelles (2000, p. 3) afirma que “*el manual escolar es hoy el lugar de encuentro obligado de diversas ramas de la historia de la educación: convergen en él la historia del currículo, la historia de las disciplinas escolares y la moderna historia interna de la escuela o de la práctica escolar*”. Sublinha, nesse sentido, o fato de que o manual escolar se

converteu, nas últimas décadas, em um dos campos de conhecimento mais promissores da História da Educação, tendo atraído, inclusive, o interesse dos estudiosos da história do livro. Suas análises põem em evidência, sobretudo, o potencial do estudo dos manuais para a compreensão das práticas escolares ou, dito de outro modo, para a escrita da “história interna da escola”, na medida em que seu exame permite apreender aspectos como a difusão dos impressos na escola e os seus usos em situações escolares (2000, pp. 6-7). Ainda nesse sentido, assinalam Manuel Puelles e Alejandro Tiana (2003, p. 163),

Precisamente, una de las fuentes históricas más importantes de las que disponemos para abordar dicha tarea [reconstruir a história interna da escola] la constituye el conjunto de libros utilizados en las instituciones educativas, los manuales escolares. Desde el origen de los sistemas nacionales de educación, a comienzos del siglo XIX y aun antes, los manuales escolares tuvieron un papel privilegiado en las aulas de todos los países, aunque su uso haya sido casi siempre polémico. Con unas características u otras, con uno u otro formato, con tales o cuales contenidos, los manuales se convirtieron en un instrumento central de los procesos de enseñanza y aprendizaje. De ahí su indudable interés para reconstruir la historia del currículo y de la escuela.

Apesar do reconhecimento do valor dos manuais escolares como “soporte de conhecimentos escolares, vetores ideológicos y culturales e instrumentos pedagógicos” (Puelles e Tiana 2003, p. 163) ou, ainda, como produtos de consumo e como mercadoria (Munakata 2012), e em que pese a sua inegável contribuição para a compreensão dos modos de conceber e praticar o ensino, bem como para a apreensão das teorias pedagógicas, valores, conteúdos e métodos, conforme tem sido destacado por vários autores, Puelles e Tiana chamam a atenção para o lugar secundário conferido a essa fonte. Considerados como expressão de uma literatura didatizante, reducionista e concebida segundo finalidades de mediação do ordenamento pedagógico, os manuais escolares têm sido alvo das operações de descarte, não figurando sequer, como apontam os estudiosos, nos catálogos das bibliotecas.

Problematizando o descaso dos historiadores da educação ou mesmo dos bibliógrafos em relação à literatura escolar, Alain Choppin (2002, p. 6), examinando o caso francês, atribui tal fenômeno ao próprio *status* dessa

literatura, marcada pela sua “banalidade, familiaridade, proximidade”, aspectos aos quais se alia o fato de serem produtos editoriais pouco onerosos e perecíveis, sujeitos aos efeitos das reformas pedagógicas, que redefinem métodos ou programas de ensino, tornando-os desatualizados. A tudo isso, soma-se a produção massiva dos manuais escolares, que tem, historicamente, acompanhado os processos de difusão da escolarização, como mais um dos fatores que respondem pela rápida renovação e diversificação da oferta editorial e pelo pouco apreço conferido a esses objetos culturais. Ainda segundo Choppin, foi no decorrer dos anos 1970 que os historiadores da educação começaram a se interessar pelo estudo do livro e da edição escolares como fontes para a compreensão do passado educacional, em diferentes países; interesse esse que se beneficia de fatores como o desenvolvimento observado nos estudos historiográficos sobre educação, os avanços da história do livro e o progresso das técnicas de armazenamento e tratamento da informação.

Inscrito, pois, em um movimento de reconfiguração da historiografia educacional – que caminha paralelamente aos movimentos que impulsionaram os estudos sobre a história do livro e da leitura, beneficiando-se também do fecundo debate com as contribuições da Nova História Cultural –, o interesse recente pelos manuais escolares, traduzido no trabalho de amplas equipes de pesquisadores em diferentes países, funda-se em uma concepção que leva a vê-los não apenas como fonte de informação sobre os conteúdos da escolarização, mas como objetos culturais, que condensam em sua materialidade uma pluralidade de interesses, intenções e regulações. Como assinalam Gabriela Ossenbach e Miguel Somoza (2001, p. 15), os manuais escolares “*son la resultante del trabajo y la participación del autor, del editor, del diseñador, de la imprenta, del distribuidor, del maestro, de las autoridades educativas, etc., y constituyen un fenómeno pedagógico, pero también cultural, político, administrativo, técnico y económico*”.

Examinando o recente movimento de reconfiguração do campo da História da Educação no Brasil, Marta Carvalho (2003) observa, como um dos elementos que marcam essa reconfiguração, a emergência de novos temas, os quais dão ensejo a investigações que se voltam para o estudo das práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos. Deslocando-se do privilégio outrora conferido a uma história da Pedagogia – concebida como possibilidade de compreensão da inteligibilidade interna dos sistemas pedagógicos e

de explicação das origens e dos fundamentos das interrogações postas pelo presente –, a investigação em História da Educação volta-se para o exame da materialidade dos processos de produção, circulação, imposição e apropriação dos saberes pedagógicos, dando suporte a uma “história cultural dos saberes pedagógicos”. Conforme destaca Carvalho (2003), no centro desse deslocamento, figura a preocupação em flagrar as práticas de apropriação dos objetos ou modelos culturais.

Referindo-se aos domínios em que se especializa a História da Educação, a par desse deslocamento, que embaralha as fronteiras entre a história das ideias e das instituições escolares, a autora chama a atenção para a constituição de um amplo campo de investigações sobre os impressos:

nessa reconfiguração, a História da Educação se especializa em uma pluralidade de domínios – história das disciplinas escolares, história da profissão docente, história do currículo, história do livro didático, etc. Repartindo-se nesses domínios e embaralhando a demarcação entre história das ideias e das instituições escolares, ganha espaço um multifacetado campo de investigações sobre impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares. (2003, p. 270)

A multiplicidade de impressos de destinação pedagógica – que passa a ser objeto de um questionário, por meio do qual se procura compreendê-los tanto como dispositivos de imposição de modelos pedagógicos e normatização das práticas escolares quanto como suporte material dessas práticas – inclui, conforme destaca a autora, livros, manuais escolares, imprensa pedagógica, bibliotecas escolares e coleções dirigidas a professores, entre outros materiais impressos. Materiais esses interrogados não apenas como fontes, mas também como objetos, tomados em uma dupla dimensão: objetos da investigação e objetos materiais. Na análise desses impressos, a autora sublinha a importância de atentar para as complexas relações que se estabelecem entre as concepções pedagógicas e as estratégias editoriais de que resultam, como elemento fundamental para flagrar as regras que orientam os usos prescritos por seus produtores.

Este estudo inscreve-se nessa linha de investigações que vem se articulando, nas últimas décadas, em torno dos múltiplos impressos de destinação pedagógica, procurando contribuir, de modo mais específico, para uma

reflexão sobre os manuais escolares, tomados como uma “*clase específica de texto*”, configurada segundo determinadas regras de produção que definem a sua identidade (Escolano 2012, p. 35). O exercício de análise experimentado busca contribuir com a reflexão em torno de uma interrogação: o que é um manual escolar? Para tanto, examina um gênero textual específico – a coleção configurada como biblioteca popular –, procurando apreender-lhe as características e os modos como se estrutura, bem como as formas pelas quais procura constituir e interpelar um público em especial, o público escolar. Tomando como fonte e objeto de investigação a *Bibliotheca Popular de Hygiene: a saude para todos*, coleção composta por 22 títulos de autoria do médico Sebastião Barroso, publicada pela Melhoramentos na década de 1930, procura compreender os modos como se escolariza um determinado objeto cultural. Destinada inicialmente a um público amplo, representado como “popular”, a coleção de pequenos livros sobre temáticas ligadas à higiene e à saúde, se converte em obra didática, incorporando, entre outros elementos, um apêndice de autoria de Lourenço Filho, por intermédio do qual se procura orientar o trabalho cotidiano dos professores, com base nos princípios da Escola Nova.

As reflexões que se ensaia nesta obra resultam dos investimentos de pesquisa desenvolvidos a partir de 2009, com financiamento do CNPq, os quais vêm se articulando em torno do objetivo de constituição de um *corpus* que se tem denominado “Biblioteca de Higiene”, por meio de levantamento, catalogação, digitalização e análise de manuais escolares produzidos na primeira metade do século XX e destinados ao ensino de higiene na escola primária paulista.¹ O projeto guarda articulação com investimentos

1. O programa de pesquisa desdobrou-se nos projetos *Bibliotheca de Higiene para as crianças e seus mestres: produção, circulação e usos de manuais escolares* (Bolsa PQ CNPq/2009) e *Bibliotheca de Higiene para as crianças paulistas: tipos e gêneros de manuais escolares* (Bolsa PQ CNPq/2012). O delineamento desse programa de pesquisa contou com financiamento do Edital Universal MCT/CNPq (edições 2009 e 2012), beneficiando-se, na primeira fase, da participação das pesquisadoras Ana Laura Godinho Lima (USP), Luciana Maria Viviani (USP), Célia Rocha (IFMG) e Angela Aisenstein (Universidad San Andrés, Argentina), como também do estabelecimento de acordos de cooperação com duas instituições espanholas, reconhecidas como referências em estudos sobre manuais escolares em perspectiva histórica: o *Centro de Investigación MANES (UNED)* e o *Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE)*. Na pesquisa dos manuais, em distintas instituições, e no tratamento dos dados, atuaram como bolsistas de Iniciação Científica e Apoio Técnico: Narcleyre Dias Santos, Kamylla dos Santos Rocha, Caroline Zimmermann Belaunde, Rafaela Fernanda Cremasco, Flávia Rezende, Larissa Lima e Cláudio Camargo.

de pesquisa anteriores, voltados para a busca de compreensão das relações entre educação e saúde, na constituição do campo educacional, como um fenômeno que se insere nos quadros do processo de difusão do higienismo, em âmbito internacional, a partir da segunda metade do século XIX.² Movimento esse que se fez acompanhar de uma série de iniciativas voltadas para a educação da população, as quais incidiram, em grande medida, sobre a instituição escolar e os sujeitos da escolarização. No conjunto dessas iniciativas, em que a higiene se reveste de um forte acento moral, destacam-se: a criação de sociedades científicas, a realização de congressos e exposições, a institucionalização de serviços de inspeção médica, a introdução de novas disciplinas nas escolas primárias, nos cursos de formação de professores e nos cursos médicos, seguida da produção massiva de manuais escolares e impressos os mais variados.³

A investigação tomou como ponto de partida a crescente expansão da produção de manuais escolares que tematizam questões de higiene e saúde destinados às crianças das escolas primárias do Estado de São Paulo, a partir do final da década de 1920. Expansão essa que resultou de iniciativas de órgãos governamentais, editoras ou dos próprios autores e que não se limitou à higiene, mas pode ser observada em relação às várias áreas do currículo escolar. Conforme assinalam Lajolo e Zilberman (1984, p. 28), os

-
2. Entre os trabalhos sobre a temática, ver, a título de exemplo, Rocha (2003, 2009a, 2009b, 2010, 2011).
 3. Essa “moralização da limpeza” e as “pedagogias” em que se desdobra, as quais incluem os impressos populares e uma “catequese” que passa, necessariamente, pela instituição escolar, foi estudada por Vigarello (1996, 2001). Faure assinala que o higienismo social do final do século XIX não representou uma ruptura com o tom moralizante assumido pelo higienismo do século XVIII. Organizado em torno de agentes encarregados de detectar os indivíduos suspeitos de serem portadores de germes, o higienismo recobriu, no período, um amplo arco de discursos e práticas nos quais a proteção à saúde se confundia com o controle moral e social. O corpo, representado sob o signo da degeneração e do declínio, passou a configurar-se em “receptáculo de todas as ameaças que pesam sobre a sociedade, o lugar de inscrição manifesta de todo desregramento presente ou passado” (Faure 2008, p. 53). Para o aprofundamento da discussão sobre as conexões entre higiene, educação e reforma social e moral e, numa outra dimensão, sobre o papel da escola e do professor como instrumentos de melhoramento higiênico, moral e social, ver o texto de Viñao Frago (2000), no dossiê da revista *Áreas*, intitulado *Higienismo y Educación*, que traz também os artigos de Guereña (2000) e de Bolufer Peruga (2000), os quais oferecem importantes contribuições para a reflexão sobre as relações entre os preceitos higiênicos e as normas de comportamento social e moral.

anos 1930 marcaram um importante momento na produção e na comercialização de livros voltados para o público escolar, na medida em que:

Intelectuais, jornalistas e professores arregaçaram as mangas e puseram mãos a obra; começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas igualmente reivindicadas como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno.

Tal fenômeno, que redundou na ampliação da publicação de obras versando sobre essas temáticas, elaboradas por médicos e professores, algumas das quais reunidas em coleções, acompanha o processo de difusão da escolarização e de universalização dos saberes elementares, articulando-se, numa outra dimensão, à emergência de problemas decorrentes da urbanização – dentre os quais a eclosão de graves quadros epidêmicos e a persistência de quadros endêmicos – e, ao mesmo tempo, ao amplo movimento em prol do saneamento rural. Assim, há que se ter em conta, no exame do processo de ampliação da produção de manuais de higiene e da presença de conteúdos dessa área, em manuais de diferentes disciplinas escolares, o lugar central assumido pela escola nos projetos de higienização social.

Examinando a difusão do higienismo e o lugar atribuído à escola no âmbito desse movimento, Antonio Viñao Frago e Pedro Martínez destacam que, a partir dos finais do século XIX, os médicos-higienistas, em seu afã de debelar as epidemias, combater a mortalidade e produzir novos modos de viver em sociedade, consideraram a escola como objeto privilegiado de intervenção, dedicando-se ao estudo dos tempos e espaços da escolarização, dos métodos e procedimentos de ensino, bem como da constituição física e intelectual dos alunos. Assim,

a partir de presupuestos higiénicos, se pretendía regular la vida de los individuos, de las familias y de los grupos sociales en toda su amplitud, aunque la escuela y la familia constituyeron, desde su inicio, dos de los lugares privilegiados de intervención del higienismo. (Viñao Frago e Martínez 2000, p. 7)

A confluência entre a medicina, a higiene e a educação escolar mostrou-se inevitável, segundo Viñao Frago, já que a escola se apresentava como um espaço social por meio do qual era possível tanto garantir a aten-

ção médico-higiênica à infância, como intervir nas famílias, reorientando suas práticas cotidianas de cuidado e educação das crianças. Em síntese, “*la medicalización de la infancia se daba la mano con su escolarización. Y esta última con la higienización de la escuela*” (Viñao Frago 2000, p. 12).

Nesse sentido, cabe atentar para os vínculos entre educação, saúde e moral, que marcaram as múltiplas intervenções desenhadas em São Paulo, a partir da década de 1920, entre as quais se inclui a produção de livros e impressos destinados, entre outros públicos, aos professores e alunos das escolas primárias. Intervenções no âmbito das quais a educação passou a ser vista como fator decisivo na regeneração da população, já que, por meio dela, se acreditava ser possível assegurar a aquisição de hábitos saudáveis, desde a mais tenra infância. Nos discursos de médicos, das autoridades governamentais e de reconhecidos educadores do período, tornou-se cada vez mais frequente a afirmação dos riscos advindos da grande concentração de crianças nos espaços escolares e, por essa via, da necessidade de uma inspeção rigorosa da escola sob o ponto de vista higiênico. Por outro lado, tomou vulto a afirmação do papel da escola na prevenção das doenças, tanto pela sua ação direta sobre as crianças, como pela influência indireta sobre as famílias, reorientando as suas práticas cotidianas de cuidado com o corpo, a casa e a criação dos pequenos.

Na busca por manuais escolares que abordam temáticas relacionadas a higiene e saúde, destinados às crianças das escolas primárias paulistas, o rastreamento de referências em bibliotecas, arquivos e centros de documentação, acompanhado do levantamento dos títulos anunciados nas quartas capas ou nas páginas iniciais dos exemplares localizados, bem como daqueles referidos em periódicos educacionais e Anuários de Ensino, nos programas de ensino, nos inventários de bens escolares e nos pareceres das comissões avaliadoras de livros, permitiu avançar na constituição de um mapa do que era produzido na primeira metade do século XX. Mapa esse marcado inevitavelmente por lacunas quanto ao ano de publicação, às edições e às tiragens, o que impede, em muitos casos, de precisar aspectos como o número de edições de cada obra, as mudanças que acompanharam as reedições, o número de exemplares publicados, a longevidade da obra, assim como as mudanças e permanências no tratamento das questões tematizadas. Quanto a essa dimensão da investigação, não é demais lembrar as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores brasileiros interessados no

estudo dos manuais escolares em perspectiva histórica, as quais são registradas por Galvão e Batista (2009, p. 24) nos seguintes termos:

no caso brasileiro, depara-se, de modo geral, com a ausência de acervos específicos de manuais escolares, o que gera, para os pesquisadores, um sobre-esforço na localização dos livros em acervos não especializados, onde não estão, via de regra, catalogados, além de gerar várias limitações à pesquisa, sobretudo, no que diz respeito ao estabelecimento do circuito da produção dos livros: mesmo nos exemplares localizados, faltam referências quanto ao número e à data das edições, às tiragens, além daqueles que estão parcialmente danificados, sem capa e sem folha de rosto.

Para além dessas limitações, o desenvolvimento de uma investigação que se volta para os manuais escolares exige que se confira atenção tanto aos gestos por meio dos quais se vai constituindo a coleção quanto às chaves por meio das quais se busca compreender os objetivos que presidiram a sua produção, a sua circulação e os usos em situações escolares. Os alertas de Choppin mostram-se fundamentais para essa reflexão, oferecendo balizas para o refinamento da análise do livro escolar como objeto e fonte para a pesquisa histórica, na medida em que apontam para o seu caráter não natural, chamando a atenção para a necessidade de rigor na definição dos critérios com base nos quais se toma como manual escolar um determinado artefato cultural:⁴

Como todo objeto de pesquisa, o livro escolar não é um dado, mas o resultado de uma construção intelectual: não pode então ter uma definição única. É, ao contrário, indispensável explicitar os critérios que presidem esta elaboração conceitual, porque uma das principais

4. As análises de Choppin (2009) instigam a refletir sobre a natureza e a identidade do manual escolar, além de alertarem para a complexidade do estatuto que assumem os livros destinados ao público escolar no âmbito da sociedade. Revisando a produção científica internacional voltada para a história do livro e da edição escolares, o autor indaga sobre o léxico empregado para designar os livros escolares; a especificidade destes em relação a outras categorias editoriais; os suportes e as modalidades de difusão e utilização dos manuais; bem como os problemas metodológicos que emergem das iniciativas de recenseamento desses livros.

insuficiências – muitas vezes denunciadas – da pesquisa histórica sobre os manuais escolares, e especialmente da pesquisa comparada, reside sempre, como assinala ainda recentemente Annie Bruter, “no caráter de alguma forma natural, ahistórico, dos manuais escolares aos olhos de muitos historiadores”. (Choppin 2009, pp. 74-75)

Renunciar à ilusão de transparência do manual escolar, desnaturalizando-o e procurando compreendê-lo em função do seu lugar de produção e das disputas que o configuraram como um objeto cultural em torno do qual se organizam determinadas práticas, apresenta-se, assim, como imperativo para o historiador da educação interessado na compreensão da escola em sua materialidade e, em particular, na reflexão sobre os aspectos que envolvem a produção, a circulação e os usos desse objeto. Tomar o manual escolar como resultado de uma construção intelectual significa atentar para a sua especificidade, bem como para a variedade de textos, impressos e livros que, no cotidiano da escola, assumem a função de pôr em circulação conhecimentos, noções, conceitos, valores, sejam eles intencionalmente concebidos para um uso escolar, ou destinados a outros usos, mas apropriados em situações escolares. Assim, na constituição desse *corpus*, figurou como um imperativo interrogar sobre o próprio conceito de manual escolar que orienta os gestos de reunião, seleção, exclusão de itens, bem como atentar para a definição das chaves analíticas por meio das quais se procura interrogá-los, permitindo circunscrever o manual em relação a outros tipos de livros e, ademais, compreender o manual escolar em sua variedade de formas e funções.⁵

Atentar para as advertências de Choppin mostra-se particularmente relevante, neste caso, tendo em conta a diversidade de materiais impressos que resultaram dos empreendimentos voltados para o propósito de pôr em circulação os preceitos higiênicos entre as crianças e seus mestres, ao longo do período recortado pela investigação. Fruto das iniciativas de autores, de editores e de órgãos públicos da área de educação e de saúde, os manuais localizados compartilham algumas características em comum, como o for-

5. Na análise da tipologia e dos gêneros textuais dos manuais escolares, mostram-se particularmente importantes os trabalhos desenvolvidos por Batista e Galvão (2009); Chartier e Hébrard (1995); Choppin (1992); Escolano (2001b); Viñao Frago (2003).

mato, a linguagem e o amplo uso de ilustrações, por exemplo. Quanto ao público a que se destinam, se em alguns deles é possível encontrar indícios claros de destinação escolar, nem sempre, entretanto, isso acontece, o que não significa necessariamente que tais livros não tenham sido objeto, em algum momento, de um uso escolar.

Considerando os intentos de que se revestiram as iniciativas no campo da higiene, de atingir não apenas as crianças que frequentavam a escola primária, mas de fazer chegar, por meio delas, os preceitos higiênicos às suas famílias, cabe ter em conta a possibilidade de imbricações entre o emprego doméstico e o emprego escolar de alguns desses impressos ou, numa outra dimensão, de vínculos, implícitos ou explícitos, entre o que Choppin (2009) denomina “mercado doméstico” e “mercado institucional”.⁶ Por outro lado, mostra-se importante ter em mente o próprio processo de disciplinarização da higiene, que responde pela presença de questões ligadas a essa área em distintas disciplinas escolares, o que exige uma atenção especial em relação aos programas de ensino e a suas variações ao longo do tempo, expressas na criação, no desaparecimento e na reconfiguração de algumas disciplinas.

Nesse sentido, a ida aos arquivos permitiu observar que os conteúdos de higiene podem ser encontrados em manuais cujos títulos fazem alusão explícita à higiene e à saúde, mas também nos manuais de ciências físicas, químicas e naturais, nos livros que compõem as séries graduadas de leitura, figurando, ademais, como tema das narrativas de livros indicados para a leitura suplementar. Além disso, as temáticas ligadas ao asseio ocuparam lugar nos manuais de civilidade e de economia doméstica. Tal dispersão, longe de representar uma fragilidade no processo de configuração da higiene como uma disciplina escolar, pode ser lida como parte de uma estratégia que permitiu ampliar o seu poder, possibilitando que a criança fosse posta em contato com as prescrições voltadas para o cuidado com o corpo, o vestuário, a alimentação, a casa e, enfim, a saúde, em suas dimensões físicas e morais, a partir de distintas e múltiplas entradas.

No estudo da coleção *Bibliotheca Popular de Hygiene*, um dos itens reunidos no âmbito da pesquisa, selecionado como fonte e objeto deste estudo,

6. Em relação a essa questão, Harper (*apud* Choppin 2009, p. 36) se refere ao “*continuum* que engloba livros escolares e diversas categorias de livros não escolares”.

procurou-se ter presentes as reflexões de Chartier (1994) sobre as articulações entre o objeto livro, o texto e o autor, atentando-se, ademais, para o lugar ocupado pelo editor, na produção desse objeto e na forma como ele se apresenta ao leitor. Sem desconsiderar a importância de buscar compreender as questões ligadas à apropriação e aos usos que os leitores fazem dos objetos que lhes são destinados ou, em outras palavras, à distância entre o que os textos propõem e o que os leitores fazem deles,⁷ o questionário a que se submeteu a coleção, assinada por Sebastião Barroso e tornada escolar pela mediação de um dos nomes mais representativos do movimento de renovação educacional, centrou-se na dimensão da produção, tendo como intento examinar os modos segundo os quais se produz a “ordem do discurso”, com base nas advertências de Chartier (1994, p. 8),

manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso” pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito). [...] Daí, então, a atenção dispensada, mesmo que discreta, aos dispositivos técnicos, visuais e físicos que organizam a leitura do escrito quando ele se torna um livro.

Tal investimento de análise exigiu que se atentasse para os modos como se configuram os livros da coleção, em seus objetivos e intenções, como também em suas realidades discursivas e materiais, sem perder de vista as possíveis singularidades que acompanham os deslocamentos quanto aos públicos visados. O pressuposto que orienta tal investimento é o de

7. No que diz respeito à recepção dos modelos culturais, adverte Chartier (2003, p. 147): “é necessário postular que existe uma separação entre a norma e o vivido, a injunção e a prática, o sentido visado e o sentido produzido – uma separação em que se podem insinuar reformulações e desvios”.

que as formas materiais participam da produção dos sentidos, o que implica em considerar que a compreensão dos textos depende não apenas das modalidades discursivas, mas das formas por meio das quais eles chegam aos leitores (Chartier 1994, p. 17). Pressuposto que conduz à interrogação sobre o formato dos pequenos livros que compõem a coleção, a composição das capas e o amplo emprego de imagens, em suas articulações com as representações sobre as expectativas e as competências do público que se visa constituir e, numa outra perspectiva, em seus vínculos com os intentos de regular os modos de viver e de modelar os espíritos dos leitores. Nessa interrogação, mostrou-se fundamental atentar para o caráter “popular” de que se procurou investir a coleção, bem como para os deslocamentos por meio dos quais se procurou endereçá-la ao público escolar.

Visando compreender as condições sociais de produção da coleção, mostrou-se fundamental, ademais, rearticular a coleção às figuras do autor e do editor. Operação essa que, ao interrogar sobre os intentos e as posições dos produtores do livro, não buscou reencontrar a “figura romântica, magnífica e solitária do autor soberano, cuja intenção (primeira e última) encerra a significação da obra, e cuja biografia dirige a escrita em uma transparente imediatez” (Chartier 1994, p. 35, grifo do autor). Por outro lado, no que tange à indagação sobre o editor, o questionário a que se submeteu a coleção objetivou identificar indícios do trabalho de mediação editorial com vistas a tornar os livros da coleção objetos passíveis de usos escolares e, por essa via, capturar pistas das possíveis coerções que governaram o processo de edição, em suas aproximações ou distanciamentos das intencionalidades que presidiram a ordem da escrita (Chartier 2002). Nesse processo, a investigação sobre a trajetória do autor acabou por assumir uma dimensão importante, possibilitando reencontrar as marcas da atuação de um médico, investido da autoridade que o cargo de inspetor sanitário lhe conferia, em vários estados brasileiros e em múltiplas iniciativas, as quais têm como sua característica mais recorrente a preocupação com a difusão e a vulgarização dos preceitos higiênicos.

Distintas fontes foram mobilizadas na escrita desta obra, que tem como foco o estudo de uma coleção de livros localizada a par da investigação sobre manuais escolares que abordam questões de higiene e saúde, destinados ao público escolar. O corpus documental central é composto pelos 27 volumes da *Bibliotheca Popular de Hygiene*, coleção que contempla 22 títu-

los, alguns deles desdobrados em mais de um volume. A composição desse *corpus* incluiu a aquisição de alguns títulos pela internet e a pesquisa em vários arquivos, o que permitiu levantar indícios da circulação dos livros que compõem a coleção, em diferentes estados brasileiros – aspecto sugestivo do alcance do empreendimento editorial, embora não tenha se configurado essa em uma dimensão central nas análises. Exemplares da coleção foram localizados na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Infantil Monteiro Lobato e na Escola Normal de Minas Gerais. Entre os títulos adquiridos pela internet, foi possível localizar um carimbo do Centro de Saúde do Belenzinho, o que pode ser lido como indício da circulação da coleção nesse tipo de instituição. O conjunto de títulos foi consultado no Acervo Histórico da Editora Melhoramentos, o que permitiu ter acesso a informações privilegiadas sobre o ano de publicação, tiragem e preço a que eram comercializados os livros. Um dado presente nas fichas produzidas pela editora e afixadas nos livros levantou uma indagação que não pôde ser confirmada: todos os livros trazem registrado nessa ficha o nome de Franz Richter como ilustrador, embora nenhuma das imagens que compõem os títulos da coleção traga a assinatura do renomado ilustrador. Além disso, por meio da comparação com outras obras produzidas no período e disponíveis no acervo da editora, foi possível observar que o padrão de ilustração dos livros da coleção é bastante distinto daquele encontrado em obras como *O patinho feio*, referência quando se pensa no nome de Richter.

Além dos livros que compõem a *Bibliotheca Popular de Hygiene*, foram examinados outros títulos de autoria de Sebastião Barroso, três deles publicados pela Melhoramentos, no mesmo ano em que se iniciou a publicação da coleção, além de uma obra de caráter autobiográfico, que veio a lume inicialmente pela Editora Marisa, merecendo duas edições pela Melhoramentos. Os indícios encontrados nessa obra suscitaram algumas indagações sobre a trajetória de Sebastião Barroso, as quais resultaram em investimentos voltados para a coleta de informações junto à Fiocruz (Fundo Belisario Penna) e ao Arquivo Público Mineiro. Um amplo levantamento na Hemeroteca Digital e nas coleções dos jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* mostrou-se fundamental no sentido de recompor aspectos da trajetória do autor e de situar o momento de lançamento da coleção.

Esta obra está organizada em duas partes, que representam os dois movimentos a partir dos quais se procurou ler a coleção de livros produzi-

dos por Sebastião Barroso, os quais ganharam estatuto de livros escolares, no momento em que a tiragem da coleção foi reduzida quase à metade. Redução que talvez possa ser lida como um indicativo de que a destinação da coleção ao público escolar tenha resultado de uma decisão que visava ampliar o número de leitores de um empreendimento editorial cujo sucesso começava a se mostrar duvidoso.

Na primeira parte desta obra, procura-se acompanhar a trajetória do autor – médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, inspetor sanitário da equipe de Oswaldo Cruz – em um percurso que procura registrar aspectos da sua formação e da sua atuação profissional, em sua itinerância por diferentes estados brasileiros e em sua militância em prol do saneamento. Um aspecto mostra-se central, na análise da trajetória de Sebastião Barroso: os investimentos na difusão dos conhecimentos produzidos no campo da higiene. Aspecto esse que foi se tornando visível em suas ações como sanitarista, nos estados de Minas Gerais e da Bahia, na atuação na Rádio Sociedade, na década de 1920, como também na produção de livros sobre alguns dos males que infelicitavam a vida das populações rurais.

Na segunda parte, o leitor encontrará um conjunto de textos nos quais se procura examinar a coleção, a partir de diferentes entradas, interrogando sobre a sua configuração; os públicos a que se destina; a constituição do público leitor; a sua conformação material; o lugar destinado às imagens numa obra voltada para um público mais amplo, que inclui, a partir de determinado momento, o público escolar; e os protocolos por meio dos quais se buscou tornar uma coleção de “livros populares” em coleção de livros destinados à educação escolar. Nesse investimento, tendo em vista compreender o registro em que se inscrevem as práticas escolares sugeridas aos professores para o trabalho de educação das crianças, confere-se atenção especial ao discurso pedagógico contido nas guias de orientação didática assinadas por Lourenço Filho e ao conjunto de obras recomendadas para dar suporte a esse trabalho.